

CLÁUSULA VIII **DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS E SUCESSÃO.**

Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir a terceiros, parte ou totalidade de suas quotas sociais, sem a expressa anuência do outro sócio, sob pena de nulidade. O falecimento, interdição, incapacidade, falência ou concordata de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade, continuando ela em suas atividades normais, cabendo ao representante legal do falecido, interdito, julgado incapaz falido ou concordatário, devidamente habilitado, representá-lo perante a sociedade, assumindo então os seus deveres e obrigações, até a regular e definitiva transferência das quotas a quem de direito for, sem, contudo, exercer poderes de gerência ou representação da sociedade.

§ ÚNICO – No caso de falecimento, interdição, incapacidade, falência ou concordata, bem como havendo interesse de qualquer dos sócios em se desligar da sociedade, os seus haveres serão apurados de conformidade com o último balanço geral da sociedade, devidamente corrigido monetariamente até a data do evento de desligamento e pago ao sócio, a seus herdeiros ou representantes legais em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, vencendo a primeira parcela a partir de 60 (sessenta) dias da data em que ocorrer o evento.

CLÁUSULA IX **DAS DELIBERAÇÕES**

As deliberações relativas à aprovação das contas dos administradores, aumento / redução do capital, designação, pedido de concordata, distribuição de lucros, alterações contratuais, fusão, cisão e incorporação, e outros assuntos relevantes para a sociedade, serão definidas na reunião de sócios.

§ 1º A reunião dos sócios será realizada em qualquer época, mediante convocação dos administradores.

§ 2º As deliberações deverão ser aprovadas por $\frac{3}{4}$ do capital social, salvo nos casos em que a legislação exigir maior *quorum*.

§ 3º O exercício social da empresa se encerra no dia 31 de dezembro de cada ano, coincidindo com o exercício fiscal.

CLÁUSULA X **DOS CASOS OMISSOS**

Todas as divergências serão resolvidas pela interpretação deste contrato, sendo os casos omissos regidos pelas disposições dos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil Brasileiro de 2002 que regulamenta as Sociedades Empresariais, na forma e tipo de Sociedades Limitadas, subsidiariamente, e no que for aplicada, a Lei das Sociedades Anônimas, bem como as disposições gerais para as Sociedades Limitadas que regem a matéria.

§ ÚNICO - Para dirimir quaisquer dúvidas neste instrumento, as partes contratantes mantêm o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento particular em 03 (três) vias de igual forma e teor, para os efeitos legais.

Belo Horizonte/MG, 04 de maio de 2012.


CLAUDIO FELIZARDO RIBEIRO



MARLI DE ALMEIDA PIRES



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 4858034
EM 29/05/2012
#MAXIMO DISTRIBUIDORA LTDA #

AF02698 PROTOCOLO: 12/401.075-0

ão Dias
fate - Belo Horizonte/MG.
ãodias@veloxmail.com.br


Washington Luiz
Simão Dias
OAB/MG 107.139